

Cassação pode sair antes do término da CPI

■ Proposta será levada à reunião de líderes partidários e Legislativo poderá adotar rito sumário para afastamento de corruptos

DANIELLA SHOLL

BRASÍLIA — Os mandatos de todos os parlamentares comprovadamente envolvidos com o esquema de corrupção do orçamento poderão ser cassados antes mesmo da conclusão da CPI, por falta de decoro parlamentar. A proposta, elaborada originalmente pela bancada do PT há dez dias, hoje já tem o apoio de vários líderes de partidos e será levada oficialmente, na semana que vem, para a reunião de líderes partidários. Se aprovada, deverá ser automaticamente adotada, informou ontem o líder do PT na Câmara, deputado Vladimir Palmeira.

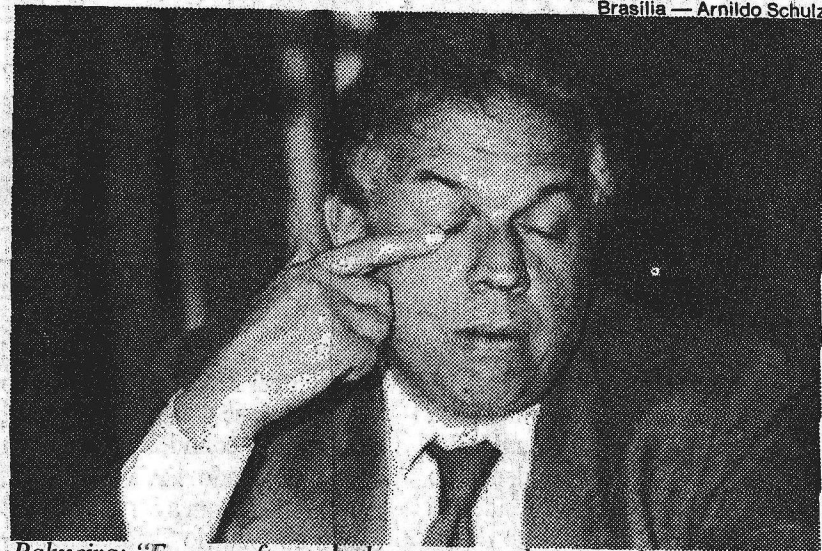
Segundo ele, a idéia é bem vista pelos líderes do governo na Câmara, deputado Roberto Freire (PPS-PE), e do PFL, Luís Eduardo Magalhães (BA), com quem ele se reuniu ontem. O deputado José Serra, líder do PSDB, é outro entusiasta da sugestão. Já até lhe deu um apelido: *proposta salame*, porque “cortou, comeu”. Em outras palavras: uma vez reunidas provas de quebra de decoro por algum parlamentar, pede-se automaticamente abertura de processo de cassação de seu mandato. Para Vladimir, já existem provas e indícios suficientes para tirar o mandato de João Alves

(PPR-BA), José Geraldo (PMDB-MG), Manoel Moreira (PMDB-SP) e Cid Carvalho (PMDB-MA). Além do mandato, seus direitos políticos poderão ser temporariamente cassados. O perigo é eles renunciarem antes que isso possa ser feito.

O corregedor da Câmara dos Deputados, Fernando Lyra (PSB-PE), dá outra alternativa, além do pedido de cassação: a suspensão temporária dos mandatos, enquanto durar a CPI, daqueles com fortes indícios de envolvimento no esquema. “Como a sociedade vai aceitar que um deputado sob suspeição te-

nha voz numa revisão constitucional?”, questiona.

Vladimir Palmeira estima que a CPI não acabe antes de 90 dias. Acha também que são inócuos os interrogatórios de parlamentares acusados sem que os congressistas tenham um material consistente nas mãos para fazer as perguntas e rebater respostas. “O interrogatório tem que ser produtivo. Não adianta ouvir o deputado Fiúza, se o Banco Central sequer teve tempo de mandar todo o histórico bancário dele, da vizinha, da empregada, dos parentes. Eu sou a favor de dar uma parada nesses depoimentos para que se levante esse material.”



Palmeira: “Eu sou a favor de dar uma parada nesses depoimentos”

Brasília — Arnildo Schulz